



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA



**A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR COMO PRÁTICA DE INCLUSÃO E
RESISTÊNCIA EM CONTEXTOS DE VULNERABILIDADE INFANTIL: UMA
REVISÃO CRÍTICA DA LITERATURA**

Juliana Guanabara Ferreira Farias Pessôa

Recife

2025

JULIANA GUANABARA FERREIRA FARIAS PESSÔA

**A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR COMO PRÁTICA DE INCLUSÃO E RESISTÊNCIA
EM CONTEXTOS DE VULNERABILIDADE INFANTIL: UMA REVISÃO CRÍTICA DA
LITERATURA**

Artigo apresentado à disciplina de Trabalho de Conclusão de curso II do curso de Educação Física (Licenciatura), da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), como requisito para nota.

Orientador: Bruno de Brito Silva

Recife

2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Pessoa, Juliana Guanabara Ferreira Farias .

A educação Física Escolar como prática de inclusão e resistência em contextos de vulnerabilidade infantil: uma revisão crítica da literatura. / Juliana Guanabara Ferreira Farias Pessoa. - Recife, 2025.

25 p.

Orientador(a): Bruno de Britto Silva

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Ciências da Saúde, Educação Física - Licenciatura, 2025.

Inclui referências.

1. Atividade Física. 2. Inclusão social . 3. Desenvolvimento infantil. 4. Educação Física . 5. Cidadania . 6. Revisão de Literatura. I. Silva, Bruno de Britto. (Orientação). II. Título.

610 CDD (22.ed.)

JULIANA GUANABARA FERREIRA FARIAS PESSÔA

A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR COMO PRÁTICA DE INCLUSÃO E RESISTÊNCIA EM CONTEXTOS DE VULNERABILIDADE INFANTIL: UMA REVISÃO CRÍTICA DA LITERATURA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Educação Física da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Educação Física.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profº Dr. Bruno de Brito Silva (Orientador)

Profº Me. João Victor Cruz Beija

Profº Dr. Erlene Roberta Ribeiro dos Santos

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, por ter me sustentado em todos os momentos dessa caminhada. Pela força nos dias difíceis, pela luz nos dias nublados e pela fé que me guiou mesmo

quando eu pensei em desistir. Tudo o que sou e conquisto tem, antes de tudo, Sua mão. Agradeço ao meu orientador, professor Bruno de Brito Silva, por toda atenção, paciência e suporte durante esse processo. Obrigada por não medir esforços para me orientar com generosidade, escuta e respeito. Sua orientação foi essencial para que este trabalho tomasse forma com verdade e sensibilidade. À minha família, que me apoiou em todos os momentos, obrigada por acreditarem em mim e por celebrarem cada pequena conquista como uma grande vitória. Aos amigos que a universidade me deu, vocês foram abrigo nos dias difíceis e riso nos dias bons. Obrigada por caminharem comigo e tornarem essa jornada tão mais leve, bonita e possível. Ao meu namorado, meu parceiro de todas as horas, que esteve ao meu lado em cada desafio, em cada noite mal dormida e em cada pequena conquista. Obrigada por ser apoio, força, carinho e por me lembrar, todos os dias, que eu sou capaz. E, por fim, à minha mãe. Não há palavras que bastem, mas fica aqui o meu amor inteiro. Obrigada por nunca sair do meu lado, por me aplaudir tão alto que eu jamais consegui ouvir aqueles que não aplaudiam. Esse nunca foi só o meu sonho, foi o seu também.

Mãe, essa é para você e por nós.

RESUMO

A atividade física desempenha um papel essencial no desenvolvimento de crianças em idade escolar, indo além da melhoria da saúde física e contribuindo para aspectos sociais e emocionais. Em contextos de vulnerabilidade social, a prática esportiva pode se tornar um instrumento valioso para a inclusão e a construção da cidadania, auxiliando na formação de valores como cooperação, empatia e respeito ao próximo. Este trabalho tem como objetivo analisar, por meio de uma revisão crítica da literatura, como a atividade física escolar pode ser utilizada como ferramenta educacional para minimizar os efeitos da exclusão social em crianças em situação de vulnerabilidade social. O estudo utilizou uma análise de conteúdo de 10 estudos publicados entre 1991 e 2024, em espanhol, inglês e português brasileiro, selecionados nas bases Google Acadêmico, SciELO e BVS, com foco em temas como vulnerabilidade social, inclusão e desenvolvimento infantil na Educação Física escolar. Os resultados organizados em três eixos — desenvolvimento infantil, corpo e movimento como linguagem; vulnerabilidade social e o papel da Educação Física na construção do pertencimento e da dignidade; e, desigualdade social, cultura corporal e desafios à prática pedagógica— mostram que a atividade corporal, quando planejada de forma crítica e sensível, favorece autoestima, pertencimento e cidadania, além de reconstruir a dignidade de crianças historicamente silenciadas. Apesar da heterogeneidade metodológica dos estudos e da ausência da escuta direta das crianças limitarem a compreensão plena dessas vivências, conclui-se que a Educação Física escolar é prática humanizadora e política, sendo necessário que pesquisas futuras invistam em metodologias participativas e na formação docente para ampliar estratégias inclusivas e fortalecer a escuta infantil nos contextos de vulnerabilidade.

Palavras-chave: Atividade física, Inclusão social, Cidadania, Desenvolvimento infantil, Educação física, Revisão de Literatura.

ABSTRACT

Physical activity plays an essential role in the development of school-aged children, going beyond improvements in physical health to contribute to social and emotional aspects. In contexts of social vulnerability, sports practice can become a valuable instrument for inclusion and citizenship building, fostering values such as cooperation, empathy, and respect for others. This study aims to analyze, through a critical literature review, how school-based physical activity can be used as an educational tool to mitigate the effects of social exclusion on children in vulnerable situations. The study employed content analysis of 10 studies published between 1991 and 2024, in Spanish, English, and Brazilian Portuguese, selected from Google Scholar, SciELO, and BVS databases, focusing on themes such as social vulnerability, inclusion, and child development in school physical education. The results, organized into three thematic axes — child development, body, and movement as language; social vulnerability and the role of physical education in building belonging and dignity; and social inequality, body culture, and challenges to pedagogical practice — show that bodily activity, when planned critically and sensitively, promotes self-esteem, belonging, and citizenship, while also restoring the dignity of historically silenced children. Despite the methodological heterogeneity of the studies and the absence of direct listening to children limiting a full understanding of these experiences, it is concluded that school physical education is a humanizing and political practice, and future research should invest in participatory methodologies and teacher training to enhance inclusive strategies and strengthen children's voices in vulnerable contexts.

Keywords: Physical activity, Social inclusion, Citizenship, Child development, Physical education, Literature review.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. OBJETIVOS.....	10
3. MATERIAL E MÉTODOS.....	11
3.1 Delineamento de Pesquisa.....	11
3.2 Procedimento para Coleta de dados.....	11
3.3 Procedimentos para Análise dos Dados.....	12
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	15
4.1 Desenvolvimento infantil, corpo e movimento como linguagem.....	16
4.2 Vulnerabilidade Social e o papel da Educação Física na construção do pertencimento e da dignidade.....	17
4.3 Desigualdade social, cultura corporal e desafios à prática pedagógica.....	18
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	22
6. REFERÊNCIAS.....	24

1. INTRODUÇÃO

A atividade física assume um papel decisivo no desenvolvimento integral de crianças em idade escolar, ultrapassando os limites da saúde corporal para alcançar dimensões subjetivas, emocionais, sociais e culturais. Durante a infância, o movimento não se reduz a um mero gesto motor: ele torna-se linguagem, forma de expressão, de elaboração simbólica e de construção do vínculo com o outro e com o mundo. Quando praticada em ambiente escolar, a atividade física pode potencializar o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social da criança, desde que conduzida com intencionalidade pedagógica e sensibilidade à diversidade dos sujeitos que a experienciam (Darido, 2004).

A Educação Física, neste cenário, revela-se como território pedagógico com potência para mediar processos de escuta, socialização e pertencimento. Quando estruturada a partir de práticas cooperativas e humanizadas, ela fortalece vínculos, promove o respeito às diferenças e contribui diretamente para a construção da autonomia e da cidadania. Essa função ganha ainda mais relevância diante da realidade de milhares de crianças que crescem em contextos marcados pela vulnerabilidade social. A precarização dos serviços públicos, a ausência de espaços seguros de lazer e a instabilidade socioeconômica das famílias resultam em impactos profundos sobre o desenvolvimento emocional e as oportunidades educativas desses sujeitos (Flor; Sousa, 2020; Minayo, 1994).

Diante desse cenário, é necessário reconhecer que, para muitas dessas crianças, a escola é o único espaço possível de escuta e proteção. Dentro dela, a Educação Física pode funcionar como instrumento de resgate da infância negada. É fundamental compreender o corpo como território de cultura e de história, como espaço de marcas, mas também de potências. O movimento precisa ser compreendido como uma linguagem viva, por meio da qual a criança elabora suas emoções, reconstrói sua autoestima e ressignifica seu lugar no mundo (Kunz, 2001; Vygotsky, 1991).

Para que essa prática seja efetiva, é imprescindível que o docente atue como mediador sensível, capaz de enxergar nas expressões corporais a singularidade de cada aluno. Isso exige planejamento, compromisso ético, escuta ativa e formação crítica. Adotar uma abordagem pedagógica centrada na ludicidade, na cooperação e na inclusão não é um desafio meramente metodológico, mas uma tomada de posição diante da exclusão cotidiana vivida pelas infâncias periféricas. A prática corporal, nesse sentido, precisa ser um ato político e pedagógico de acolhimento e reconstrução subjetiva (Costa; Sant'Anna; Mata Junior; Rocha; Fraga; Cavalcanti, 1992; Freire, 1996).

Justifica-se, portanto, a urgência de fortalecer a Educação Física como ferramenta educacional comprometida com a superação das desigualdades. Ao considerar o corpo como parte essencial do processo formativo, e não como parte secundária do conteúdo escolar, reconhece-se a atividade física como direito e como instrumento de emancipação. Em um país onde tantas crianças têm suas infâncias interrompidas, onde brincar é privilégio e o espaço público é hostil, pensar uma Educação Física crítica é reafirmar a centralidade da escola como espaço de resistência e de transformação social (Minayo, 1994; Kunz, 2009).

Diante dessa realidade, o presente trabalho tem como objetivo analisar, a partir de uma revisão de literatura, como a atividade física escolar pode ser utilizada como instrumento pedagógico capaz de contribuir para o enfrentamento dos efeitos da exclusão social em crianças em situação de vulnerabilidade. Pretende-se ainda identificar os principais desafios enfrentados por professores, escolas e políticas públicas, bem como apontar possibilidades e caminhos para consolidar a Educação Física como prática inclusiva, promotora de vínculos, de saúde e de justiça social.

2. OBJETIVOS

A Educação Física escolar, quando compreendida como um espaço de construção de sentidos, pode se tornar uma ferramenta essencial na promoção da inclusão e da resistência em contextos onde a infância é atravessada por diversas formas de vulnerabilidade. Ao valorizar o corpo como expressão da subjetividade, da identidade e da cultura, essa área do conhecimento ultrapassa os limites do ensino técnico e se apresenta como campo fértil para o fortalecimento de vínculos, o reconhecimento das diferenças e o desenvolvimento de práticas que dialoguem com a realidade concreta dos sujeitos envolvidos no processo educativo (Darido, 2004; Freire, 1996).

Neste sentido, o objetivo geral deste trabalho é analisar como a Educação Física escolar pode se constituir como uma prática pedagógica de inclusão e resistência em territórios marcados por desigualdades sociais, negligência institucional e exclusões históricas. Pretende-se investigar de que forma o corpo, o brincar e o movimento podem atuar como elementos potentes de transformação social, ressignificando o lugar da criança na escola e reafirmando sua dignidade, mesmo diante de contextos adversos (Freire, 1996; Flor; Sousa, 2020).

O trabalho também busca compreender os impactos das práticas pedagógicas que rompem com a lógica tradicional e excludente, especialmente aquelas que reconhecem o brincar como linguagem legítima da infância e o corpo como território de vivências significativas. Por meio da análise de propostas já desenvolvidas na literatura acadêmica, pretende-se refletir sobre metodologias que se orientem pelo diálogo, pela escuta e pela valorização das múltiplas expressões infantis, contribuindo para a construção de ambientes escolares mais humanos, críticos e comprometidos com a justiça social (Darido, 2004).

Com isso, este estudo se propõe a defender a Educação Física como uma prática emancipatória, capaz de promover pertencimento, reconstruir narrativas e oferecer experiências educativas que acolham a singularidade das crianças, especialmente aquelas mais afetadas pela vulnerabilidade. Ao reafirmar a centralidade do corpo na produção de sentidos, o trabalho fortalece a ideia de que resistir, dentro da escola, também é brincar, mover-se, relacionar-se e ser reconhecido em sua totalidade (Flor; Sousa, 2020; Freire, 1996).

3. MATERIAL E MÉTODOS

Este estudo é fundamentado a partir de uma abordagem qualitativa e estruturada como uma revisão de literatura. A escolha dessa metodologia se dá pela necessidade de compreender, com base em diferentes perspectivas acadêmicas, o papel da atividade física na promoção da inclusão social e no desenvolvimento da cidadania em crianças em idade escolar que vivem em situação de vulnerabilidade social. A revisão de literatura consegue trazer um olhar crítico e aprofundado sobre o tema, permitindo a análise de contribuições teóricas já consolidadas, como as propostas de Kunz (2001, 2009), Vygotsky (1991), Freire (1996), Costa et al. (1992) e Minayo (1994), que são referências fundamentais na compreensão da Educação Física escolar como prática pedagógica crítica, inclusiva e promotora de cidadania.

3.1 Delineamento de Pesquisa

A revisão de literatura, enquanto procedimento metodológico, vai além de reunir textos ou autores que tratam de determinado tema. Trata-se de uma etapa de leitura crítica e sistemática, que busca compreender como determinado campo do conhecimento tem se constituído, quais enfoques predominam, quais lacunas ainda existem e de que maneira diferentes produções dialogam entre si. Nesse processo, a revisão permite não apenas identificar o que já foi produzido, mas também situar a presente pesquisa diante do que ainda precisa ser aprofundado. É, portanto, uma estratégia que articula fundamentação teórica e análise crítica, servindo de base sólida para a construção dos objetivos e dos caminhos metodológicos adotados neste trabalho (Koller; Couto; Hohendorff, 2014).

A pesquisa bibliográfica foi escolhida por sua capacidade de reunir e sintetizar conhecimentos já produzidos sobre o tema. Conforme destaca Gil (2008), esse tipo de estudo possibilita a organização e compreensão de um fenômeno a partir da análise de materiais já publicados, evitando a duplicação de investigações e contribuindo para a construção de um referencial teórico consistente.

3.2 Procedimento para Coleta de dados

A coleta dos artigos foi realizada nas bases de dados Google Acadêmico, SciELO e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), devido à sua ampla cobertura de publicações científicas na área da Educação Física e áreas correlatas. Os descritores utilizados em combinação com operadores booleanos para a busca dos materiais foram: “Vulnerabilidade Social” AND “Educação Física” OR “Educação Física escolar” OR “Atividade Física” AND “Inclusão Social” AND

“Desenvolvimento Infantil”. Esses termos foram selecionados para abranger os principais eixos temáticos da pesquisa e garantir que os estudos analisados fossem pertinentes ao tema proposto.

Para o período de publicação foram escolhidos estudos publicados entre 1991 e 2024 nos idiomas português brasileiro, inglês e espanhol, permitindo uma abordagem mais ampla da literatura científica. Todos os estudos que integraram essa revisão de literatura abordaram a realidade brasileira, mesmo que publicados em inglês ou espanhol. Além de terem sido recuperados estudos (artigos, livros, uma tese e uma revisão de literatura) por relevância temática, que abordam a Educação Física Escolar, em conjunto a questões de vulnerabilidade social, inclusão social, atividade física e desenvolvimento infantil.

Os critérios de exclusão foram a maior parte do que é considerado Literatura cinza (*gray literature*), como fontes não científicas, notícias de jornais, artigos de opinião, *blogs*, outros materiais sem embasamento acadêmico. Além de publicações duplicadas entre diferentes bases de dados ou revisões secundárias.

Além disso, destaca-se que não houve estudos duplicados entre os artigos incluídos após a triagem, o que reforça a consistência do corpus final analisado. Contudo, dois documentos foram excluídos da argumentação principal do trabalho, ainda que tenham sido utilizados como suporte técnico e metodológico. Trata-se do Manual de Produção Científica (Koller; Couto; Hohendorff, 2014), que contribuiu para estruturar a elaboração da revisão de literatura, e da obra de Bardin (2011), fundamental para o delineamento e condução da análise de conteúdo. Esses materiais, embora essenciais à organização metodológica da pesquisa, não foram utilizados como base argumentativa para a discussão do tema central, e, portanto, não integram o corpo empírico dos estudos analisados criticamente.

3.3 Procedimentos para Análise dos Dados

O procedimento de análise de dados foi o de análise de conteúdo que se constitui em um conjunto de técnicas de comunicação para analisar os dados, com o objetivo de desvelar e interpretar o conteúdo das mensagens presentes no material analisado (Bardin, 2011). Esse procedimento foi estruturado em três momentos:

1- Pré-análise: Nesta fase inicial, foi feita a escolha do corpus de análise (conjunto de dados ou documentos a serem analisados), estabelecendo os objetivos da pesquisa e fazendo uma leitura

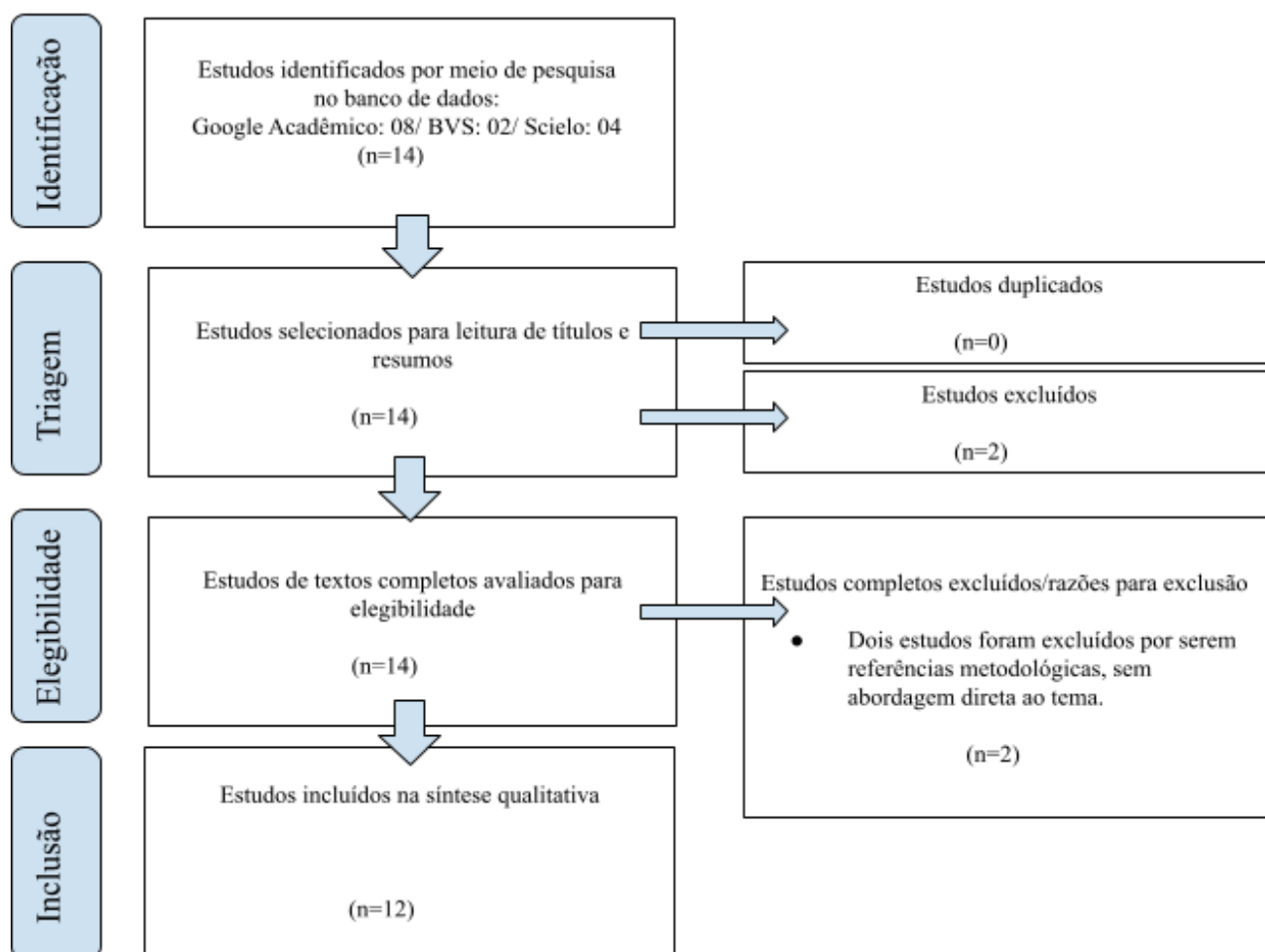
exploratória do material para familiarizar-se com o conteúdo. Além da fase de organização, na qual foram feitas anotações e elaboração de hipóteses iniciais (Bardin, 2011).

2- Exploração do material: Foi feita a codificação dos dados por meio da identificação de categorias ou temas que emergem do conteúdo. Essa etapa envolveu o agrupamento das unidades de significado, com o uso de "unidades de análise", como palavras, frases ou parágrafos, que são relacionadas ao tema central da pesquisa (Bardin, 2011).

3- Tratamento dos resultados, inferência e interpretação: Após a codificação e categorização dos dados, realizou-se a etapa de tratamento dos resultados, essa fase consistiu na análise crítica dos núcleos de sentido extraídos dos textos, à luz do referencial teórico adotado no estudo. As categorias foram interpretadas com base nas contribuições de autores como Freire (1996), Vygotsky (1991), Kunz (2001, 2009) e Minayo (1994), buscando compreender como a Educação Física escolar se articula com práticas inclusivas em contextos de vulnerabilidade social. Essa etapa permitiu identificar padrões, contradições e contribuições recorrentes nos artigos analisados, aprofundando a discussão sobre o papel transformador da atividade física na infância.

Abaixo segue o fluxograma dos artigos recuperados para constituir o corpus de análise da presente revisão de literatura.

Figura 1. Fluxograma dos artigos recuperados na revisão de literatura.



4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A atividade física na infância não pode ser reduzida somente à lógica do gasto energético ou do preparo motor. Quando inserida no ambiente escolar, ela adquire um caráter formativo e simbólico, funcionando como linguagem e possibilidade de expressão da subjetividade. Para crianças em situação de vulnerabilidade, esse espaço torna-se ainda mais relevante, pois muitas vezes representa a única oportunidade de experienciar o corpo de forma positiva, criativa e protegida. Nesses casos, a Educação Física assume não apenas uma função educativa, mas também reparadora e política, atuando na reconstrução do pertencimento e na afirmação da dignidade (Darido, 2004).

A leitura crítica dos estudos analisados demonstra que a Educação Física, quando trabalhada com intencionalidade, pode se tornar um dos principais mecanismos de valorização da infância em contextos de vulnerabilidade. A prática corporal oferece oportunidades únicas de escuta e expressão, contribuindo para que a criança se reconheça como sujeito ativo e pertencente ao ambiente escolar. O movimento aparece como linguagem de reconstrução da autoestima e como ponte para o diálogo com o outro (Silva et al., 2024; Kunz, 2001).

A infância, marcada por diferentes contextos sociais e culturais, exige que a escola atue de forma sensível, respeitando os tempos, os afetos e os modos de ser das crianças. Isso se torna essencial em territórios onde a infância é interrompida pela escassez, pelo medo ou pela ausência de cuidado. A Educação Física pode resgatar esse tempo, promovendo vivências corporais que articulem o brincar, o conviver e o criar, o que não é acessório, mas estruturante do processo formativo. Permitir que a criança se mova com liberdade é reconhecer seu direito de existir com plenitude (Kunz, 2009).

Práticas pedagógicas centradas no diálogo e na cultura corporal local promovem uma ressignificação do espaço escolar, estabelecendo pontes entre a escola e a comunidade, fortalecendo os vínculos afetivos e sociais. Essa aproximação favorece não apenas o engajamento nas aulas, mas também o sentimento de pertencimento ao espaço escolar como um todo (Flor; Sousa, 2020; Kunz, 2001).

O corpo, nesse processo, não é apenas suporte do conteúdo físico, mas território de memória, identidade e resistência. Cada gesto revela modos de viver e de se relacionar, e é papel da escola criar espaço para que esse corpo seja escutado. Isso só é possível quando o professor adota metodologias que valorizem a ludicidade, o diálogo e a diversidade cultural dos alunos. Ao

propor conteúdos significativos e acessíveis, a aula é transformada em um espaço democrático e humanizador (Costa et al., 1992).

Quando bem conduzidas, as práticas corporais escolares favorecem o fortalecimento de vínculos com a escola, a ampliação da autoestima e a reconstrução do senso de pertencimento. Essas vivências contribuem para a prevenção da evasão escolar, ao criar espaços seguros para a expressão e a convivência coletiva (Melo, 2019; Nóbrega et al., 2020).

A partir disso, a discussão será conduzida por meio de três tópicos que aprofundam o debate central deste trabalho. O primeiro trata da infância marcada por contextos de vulnerabilidade social e das possibilidades de resistência no ambiente escolar. O segundo aborda as práticas pedagógicas inclusivas na Educação Física, com foco no enfrentamento das desigualdades e no fortalecimento da autonomia dos alunos. Já o terceiro se dedica a refletir sobre o papel do professor de Educação Física como sujeito ativo na transformação da realidade escolar e na promoção de uma escola mais justa. Esses tópicos permitem organizar os achados da pesquisa de forma coerente com os objetivos propostos e com a perspectiva crítica que atravessa todo o trabalho. Além disso, ao final desta seção, é apresentado um quadro resumo com os objetivos, características metodológicas e principais achados dos estudos incluídos.

4.1 Desenvolvimento infantil, corpo e movimento como linguagem

Para além do corpo biológico, é preciso compreender o movimento como elemento formador da consciência. O desenvolvimento da criança está diretamente ligado às interações que ela estabelece, aos estímulos que recebe e aos significados que constrói. O ambiente escolar, quando proporciona experiências ricas em movimento, contribui diretamente para o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social do aluno, o que reforça o papel da Educação Física como mediadora desse processo (Vygotsky, 1991).

O brincar, o explorar e o experimentar são formas legítimas de aprendizagem. Quando a Educação Física tem como base a ludicidade, ela cria pontes entre o mundo interno da criança e a coletividade. Essa vivência favorece não só o desenvolvimento motor, mas também o emocional, pois resgata a confiança, a cooperação e o sentimento de pertencimento. Isso é ainda mais evidente em contextos de vulnerabilidade, onde a criança, muitas vezes, só encontra na escola o espaço seguro para existir plenamente (Flor; Sousa, 2020).

Além disso, a Educação Física, especialmente em regiões periféricas, se destaca como uma das poucas disciplinas em que há espaço real para a espontaneidade e a escuta ativa. Em um cotidiano marcado por privações e invisibilidades, a experiência corporal planejada com criticidade pode ser uma das únicas vias de acesso à autoestima, à identidade e à construção de um projeto de vida (Darido, 2004).

4.2 Vulnerabilidade Social e o papel da Educação Física na construção do pertencimento e da dignidade

A vulnerabilidade social é um fenômeno complexo que ultrapassa a condição de pobreza e envolve a intersecção de múltiplos fatores: ausência de políticas públicas, desigualdade de acesso a serviços, violência simbólica e a negação de direitos básicos, como o brincar, o lazer e a escuta. No caso das crianças, esse cenário é ainda mais delicado, pois elas vivenciam cotidianamente a exclusão em dimensões afetiva, social e cultural. A escola, como instituição social fundamental, tem o dever de atuar na contenção desses efeitos e, mais que isso, na promoção ativa de espaços de desenvolvimento e cuidado. Nesse contexto, a Educação Física escolar não deve se restringir a práticas mecânicas ou técnicas, mas se colocar como prática de acolhimento, pertencimento e reconstrução simbólica da infância (Minayo, 1994; Darido, 2004).

As aulas de Educação Física podem funcionar como espaços de escuta e expressão para crianças que vivem em ambientes marcados por privação, negligência ou violência. O movimento, quando planejado pedagogicamente, permite à criança manifestar emoções e se reconectar com o afeto, algo muitas vezes ausente fora da escola. A ludicidade, nesse sentido, não é apenas um recurso metodológico, mas uma escolha política e ética, promovendo a libertação simbólica da criança frente aos traumas e restrições do cotidiano. (Flor; Souza, 2020; Nóbrega et al., 2020).

Em experiências escolares bem sucedidas, o jogo aparece como conteúdo pedagógico que promove a interação, a criatividade, a empatia e o acolhimento. Para as crianças em risco social, isso significa ter um espaço legítimo para sentir e ser sentida, e não apenas estar presente fisicamente. A inclusão, nesse sentido, se revela como participação ativa, reconhecimento de voz e valorização da corporalidade como parte constitutiva do processo educativo (Freire, 1996).

Para que essas experiências sejam realmente emancipadoras, é essencial que o professor de Educação Física entenda a complexidade do território onde atua e a realidade dos corpos que ali

se movimentam. Isso exige mais do que domínio técnico: exige escuta, empatia e formação crítica. Quando o educador reconhece a história que o corpo da criança carrega, muitas vezes marcada por silenciamentos, violências e exclusões, ele transforma sua prática em um ato de resistência à marginalização e de reconstrução do vínculo da criança com o mundo. Essa mediação crítica está relacionada ao conceito de zona de desenvolvimento proximal, proposto por Vygotsky, no qual a relação com o outro potencializa processos de aprendizagem e construção de sentido. Nesse processo, a Educação Física sensível às mediações culturais permite que o corpo da criança, historicamente negligenciado, seja reconhecido, escutado e reconstruído como expressão legítima da existência (Vygotsky, 1991; Kunz, 2009; Souza Filho, 2022).

4.3 Desigualdade social, cultura corporal e desafios à prática pedagógica

O acesso à prática de atividade física, especialmente na infância, está condicionado por fatores sociais, políticos e culturais. Em contextos de vulnerabilidade, esses fatores operam como barreiras reais que afetam não apenas o corpo em movimento, mas o próprio direito à infância. A prática esportiva de qualidade para crianças é garantida por diversas leis no Brasil, como a Constituição Federal (artigos 217 e 227) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, art. 4º). Contudo, a realidade concreta dos territórios periféricos revela um abismo entre o direito e a prática.

Embora as leis existam e os benefícios sejam evidentes, a implementação de programas de atividade física voltados para crianças em vulnerabilidade social ainda enfrenta desafios: precariedade das escolas públicas, ausência de políticas intersetoriais, desprestígio da Educação Física no currículo e escassez de espaços seguros para o brincar. A negligência do poder público e a ausência de investimentos estruturais aprofundam os efeitos da exclusão e dificultam que o movimento seja vivido como linguagem pedagógica (Souza Filho, 2022).

Mesmo diante desses entraves, a literatura aponta a existência de práticas pedagógicas que rompem com os modelos tradicionais. Professores que adotam metodologias participativas e abertas ao diálogo transformam a Educação Física em território de empoderamento e reconstrução subjetiva. O corpo é reconhecido como sujeito histórico e cultural, e o ambiente escolar se torna espaço de escuta e cuidado (Costa et al., 1992; Kunz, 2001).

A violência simbólica e institucional, expressa na indiferença às necessidades emocionais, na rigidez das normas escolares ou na negação do brincar, é uma das principais formas de agressão

contra a infância. A escola precisa ser espaço de proteção e não de perpetuação da dor, a Educação Física, ao romper com lógicas tecnicistas e produtivistas, pode resgatar o corpo como lugar de vida e dignidade. (Minayo, 1994)

O rompimento com práticas reprodutoras e excludentes na Educação Física exige uma mudança profunda na forma como se compreende o corpo e o movimento no ambiente escolar. O gesto não deve ser reduzido a normas de rendimento, mas resgatado como expressão legítima da subjetividade e da cultura. Quando o corpo é reconhecido como sujeito e a infância como potência criadora, a prática pedagógica se transforma em um espaço de emancipação e pertencimento. Essa concepção está alinhada com perspectivas críticas que defendem a valorização da cultura corporal como conteúdo legítimo e o movimento como linguagem carregada de sentidos sociais e históricos. Dentro dessa abordagem, a Educação Física assume um papel fundamental na promoção da liberdade e da dignidade, sobretudo para as crianças historicamente silenciadas em contextos de vulnerabilidade (Kunz, 2009; Costa et al., 1992).

Quadro 1. Características metodológicas e principais achados dos estudos incluídos.

Autores	Ano	Objetivos	Metodologia	Resultados
Darido, S. C.	2004	Analisar o papel da Educação Física (EF) na formação dos alunos não praticantes de atividade física.	Estudo qualitativo com análise crítica	Identificou que a abordagem tecnicista afasta os alunos e que a EF escolar deve buscar práticas mais inclusivas e reflexivas.
Freire, P.	1996	Refletir sobre a autonomia, ética e papel do educador no processo de ensino-aprendizagem.	Fundamentação filosófica e pedagógica.	Reforça o papel do professor como agente de transformação social, com compromisso ético e escuta ativa.
Vygotsky, L. S.	1991	Explicar o desenvolvimento	Teoria histórico-cultural	A aprendizagem é mediada pelo social; o

		infantil com base nas interações sociais e culturais.		corpo e o brincar são ferramentas fundamentais para o desenvolvimento.
Minayo, M. C. S.	1994	Analisar a relação entre violência, exclusão e saúde pública.	Estudo teórico-documental.	Enfatiza que a escola deve ser espaço de proteção, especialmente para crianças expostas à violência simbólica.
Kunz, E.	2001	Propor uma nova metodologia crítica para o ensino da Educação Física escolar.	Estudo teórico-propositivo.	Defende a valorização da cultura corporal, da ludicidade e da subjetividade como conteúdos pedagógicos centrais.
Kunz, E.	2009	Denunciar a perda da ludicidade e da infância nos contextos escolares.	Análise crítica reflexiva.	Alerta para a urgência de devolver às crianças o direito de brincar e se expressar corporalmente.
Costa, Sant'Anna, Mata Junior, Rocha, Fraga e Cavalcanti.	1992	Fundamentar a metodologia crítica da EF escolar, com base na cultura corporal.	Obra teórica coletiva.	Propõe a EF como conteúdo social e cultural, com papel transformador; crítica ao modelo técnico-desportivo.
Flor, M.; Sousa, F. J. F.	2020	Destacar a importância da ludicidade como instrumento de inclusão na Educação Física escolar.	Estudo teórico-argumentativo.	A ludicidade favorece o acolhimento, a participação ativa dos alunos e a reconstrução do pertencimento escolar.

Silva, M. S. et al.	2024	Analisar os efeitos biopsicossociais da atividade física em crianças e adolescentes em risco social.	Revisão de literatura.	Mostrou benefícios físicos, emocionais e sociais da prática corporal, apontando-a como promotora de saúde integral.
Nóbrega, K. B. G. et al.	2020	Investigar como o esporte e o lazer contribuem para a saúde mental de adolescentes em vulnerabilidade.	Estudo qualitativo com abordagem descritiva.	Evidenciou o impacto positivo do esporte na autoestima, na saúde mental e na prevenção de riscos psicossociais.
Melo, G.N.	2019	Investigar o impacto de um programa de atividade física no desenvolvimento motor de crianças em situação de vulnerabilidade social.	Estudo empírico com abordagem quantitativa	Mostrou melhora no desenvolvimento motor e maior vínculo das crianças com o ambiente escolar.
Souza Filho, A. N.	2022	Analisar a relação entre ambiente construído e prática corporal de crianças vulneráveis.	Tese de doutorado com abordagem mista.	Evidenciou que fatores ambientais influenciam diretamente a experiência corporal de crianças em situação de risco.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho reafirma a urgência de se pensar a Educação Física escolar como um campo de atuação que ultrapassa o tecnicismo, o rendimento motor e a padronização dos corpos. A partir da revisão de literatura realizada, ficou evidente que, quando comprometida com uma perspectiva crítica, a prática da atividade física pode representar um importante instrumento de transformação social, especialmente para crianças em situação de vulnerabilidade. Essa transformação se dá, sobretudo, por meio da valorização da subjetividade, da ludicidade e da escuta ativa do corpo como linguagem legítima (Darido, 2004; Kunz, 2001).

A Educação Física, nesse sentido, não pode mais ocupar um lugar secundário no projeto pedagógico da escola. Ela precisa ser compreendida como um dos principais territórios de construção da cidadania e da dignidade humana. Em contextos de exclusão, no qual muitas vezes a infância é interrompida pelo medo, pela fome, pela negligência e pela violência simbólica, o movimento e o brincar tornam-se possibilidades de resgate da potência da vida. Não se trata apenas de fazer a criança correr, jogar ou competir, mas de permitir que ela se reconheça em sua corporeidade, que se expresse por meio de gestos, que se sinta vista e valorizada por quem é (Flor; Sousa, 2020; Minayo, 1994).

Os estudos analisados mostram que as práticas corporais escolares, quando planejadas com intencionalidade pedagógica e sensibilidade social, favorecem o desenvolvimento emocional, social e motor dos alunos. Além disso, promovem o fortalecimento de vínculos com a escola, a ampliação da autoestima e a reconstrução do senso de pertencimento. Essas práticas contribuem para a prevenção da evasão escolar, ao criar espaços seguros para a expressão e a convivência coletiva (Melo, 2019; Nóbrega et al., 2020).

Dessa forma, reafirma-se que o papel da Educação Física escolar é, antes de tudo, humanizar. É contribuir para que a escola seja um espaço de liberdade, no qual todos os corpos, especialmente os mais vulneráveis, possam se expressar e se reconhecer como legítimos. É, portanto, uma prática que exige posicionamento político, compromisso ético e profunda responsabilidade social (Freire, 1996; Kunz, 2001).

Apesar de ter se baseado em estudos empíricos relevantes, esta revisão de literatura apresenta algumas limitações importantes. A principal delas é a heterogeneidade metodológica dos artigos analisados, o que torna difícil comparar contextos e resultados com maior precisão. Ainda assim, os trabalhos de Darido (2004), ao denunciar o afastamento dos alunos por abordagens tecnicistas,

e de Flor e Sousa (2020), ao destacar o papel da ludicidade na reconstrução do pertencimento, oferecem contribuições fundamentais para pensar a Educação Física como prática de acolhimento. A tese de Souza Filho (2022), por sua vez, evidencia como o ambiente construído interfere diretamente na prática corporal infantil, reiterando que a exclusão não é apenas simbólica, mas material. Já os achados de Silva et al. (2024) e Nóbrega et al. (2020) reforçam que a atividade física tem impacto positivo direto na saúde emocional e na autoestima de crianças e adolescentes em risco social. Esses estudos, mesmo com abordagens e recortes variados, convergem na defesa da prática corporal como ferramenta de resistência, reconstrução e pertencimento.

Também se observou uma carência significativa de trabalhos que incluam a escuta das próprias crianças em situação de vulnerabilidade, o que empobrece a compreensão das experiências vividas por elas nas práticas corporais escolares. A ausência dessa perspectiva infantil dificulta a construção de estratégias realmente eficazes e sensíveis à complexidade dessas realidades.

Diante disso, recomenda-se que pesquisas futuras invistam em abordagens de campo, como estudos de caso, etnografias escolares e metodologias participativas, com ênfase em dar voz às crianças e aos professores. Também é fundamental investigar a formação docente, tanto inicial quanto continuada, como fator decisivo para que práticas inclusivas se tornem realidade no cotidiano escolar. Além disso, trabalhos que articulem interseccionalidades podem ampliar o alcance da crítica e contribuir para políticas públicas mais equitativas.

Conclui-se, por fim, que o movimento corporal deve ser considerado como um meio de transformação de realidades. Garantir o direito de crianças vulneráveis ao movimento é garantir seu direito à infância, ao afeto, à saúde, à voz e à vida plena (Darido, 2004; Flor; Sousa, 2020).

6. REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 6. ed. São Paulo: Edições 70, 2011. Cap. 2 e 3, p. 123–131.

COSTA, José Carlos; SANT'ANNA, Luiz Augusto de Oliveira; MATA JUNIOR, Moacyr de Oliveira; ROCHA, Everardo; FRAGA, Abrahão Costa; CAVALCANTI, Cláudio Luiz. **Metodologia do ensino de Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992. Cap. 2, p. 35–49.

DARIDO, Suraya Cristina. **A Educação Física na escola e o processo de formação dos não praticantes de atividade física**. Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 61–80, 2004.

FLOR, Marillian; SOUSA, Francisco José Fornari. **A importância da ludicidade na Educação Física escolar**. Revista Saberes Docentes, São Paulo, v. 3, n. 6, p. 42–53, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. Cap. 1, p. 25–36.

KUNZ, Elenor. **Sem tempo para ser criança**. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Campinas, v. 30, n. 3, p. 79–92, maio 2009.

KUNZ, Elenor. **Transformação didático-pedagógica do esporte: Educação Física escolar como conteúdo da cultura corporal**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2001. Cap. 3, p. 87–110.

KOLLER, Silvia Helena; COUTO, Maria Clara P. de Paula; VON HOHENDORFF, Jean (Orgs.). **Manual de produção científica: da graduação à pós-graduação**. São Paulo: Atlas, 2014. Cap. 4, p. 69–73.

MELO, Gertrudes Nunes de. **Impacto de um programa de atividade física no desenvolvimento motor de crianças em vulnerabilidade social**. Revista Práxis: Saberes da Extensão, João Pessoa, v. 7, n. 14, p. 19–30, jan./abr. 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Violência e saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1994. Cap. 1, p. 7–26.

NÓBREGA, Keise Bastos Gomes da et al. **Esporte e lazer na promoção da saúde mental de adolescentes em situação de vulnerabilidade social**. Brazilian Journal of Health Review, Curitiba, v. 3, n. 5, p. 13228–13241, set./out. 2020. Disponível em: <https://brazilianjournals.com>. Acesso em: 15 nov. 2024.

SILVA, Monique Souza da; ARAÚJO, Larissa Ferreira de; SANTOS, Bruno Henrique dos. **Atividade física e vulnerabilidade social: os efeitos biopsicossociais em crianças e adolescentes**. SciELO. Disponível em: <https://www.scielo.br>. Acesso em: 14 nov. 2024.

SOUZA FILHO, Anastácio Neco de. **Ambientes construído e percebido do bairro e da pré-escola e atividade física de pré-escolares em condição de vulnerabilidade social**. 2022. 156 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Programa Associado de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Federal da Paraíba/Universidade de Pernambuco, João Pessoa, 2022.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991. Cap. 6, p. 97–108.